

Projeto de Lei nº 6401, de 2019

Iniciativa: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)

Ementa:

Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o regime inicial fechado no cumprimento de pena em caso de reincidência ou na hipótese de prática de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, roubo com arma de fogo ou explosivo, ou roubo que resulte em lesão corporal grave.

Explicação da Ementa:

Estabelece regime inicial fechado para o cumprimento da pena nas hipóteses de reincidência, de provas que indiquem conduta criminal habitual ou de condenação pela prática dos crimes de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, roubo com emprego de arma de fogo ou de explosivo ou roubo de que resulte lesão corporal de natureza grave.

Assunto: Jurídico - Direito Penal e Penitenciário

Data de Leitura: 11/12/2019

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: 22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)

Destino: Ao arquivo

Último estado: 22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Despacho:

11/12/2019

Decisão da Presidência

Anexação

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Rodrigo Pacheco (encerrado em 14/04/2021 - Alteração na composição da comissão)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

TRAMITAÇÃO

23/12/2019 CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para anexação ao PLS nº 236/2012, nos termos do art. 374, II, do RISF.

11/12/2019 CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.

Distribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório.

Em função de ser o relator do PLS nº 236, de 2012 (Reforma do Código Penal Brasileiro).

(Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 43, 54, 63, 64, 65, 66, 71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1521, 1544, 1545, 1546, 1715, 1923, 2025, 2171, 2175, 2393, 2712, 2726, 2855, 2865, 2897, 3007, 3032, 3067, 3076, 3118, 3132, 3133, 3404, 3405, 3410, 3462, 3464, 3676, 3677, 3703, 3712, 3805, 3967, 4011, 4194, 4230, 4233, 4287, 4305, 4578, 4640, 4683, 4719, 5030, 5052, 5120, 5192, 5273, 5274, 5285, 5301, 5316, 5456, 5457, 5543, 5648, 5700, 5742, 5891, 5952, 6206, 6216, 6304, 6400 e 6401 de 2019; e o SCD nº 8, de 2015.).

11/12/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.

À CCI, para anexação ao PLS 236/2012, nos termos do art. 374, II do RISF.

(Este processado contém 3 (três) folhas numeradas)

Publicado no DSF Páginas 359 - DSF nº 193

Publicado no DSF Páginas 355-358 - DSF nº 193

11/12/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº247, em 11/12/2019.

DOCUMENTOS

PL 6401/2019

Data: 11/12/2019

Autor: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o regime inicial fechado no cumprimento de pena em caso de reincidência ou na hipótese de prática de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, roubo com arma de fogo ou explosivo, ou roubo que resulte em lesão corporal grave.

Avulso inicial da matéria

Data: 11/12/2019

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.

À CCI, para anexação ao PLS 236/2012, nos termos do art. 374, II do RISF.

(Este processado contém 3 (três) folhas numeradas)

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: -
